

**PROCURADORIA****SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA****PL 1138/25**

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto também foi localizado:

- Constituição Federal;
- Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999;
- Lei Federal nº 9.051, de 18 de maio de 1995, que dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.
- Lei Federal nº 13.726, de 08 de outubro de 2018, que racionaliza atos e procedimentos administrativos dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e institui o Selo de Desburocratização e Simplificação;
- Lei Estadual nº 10.177, de 30 de dezembro de 1998, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual;
- Lei Municipal nº 14.029, de 13 de julho de 2005, que dispõe sobre a proteção e defesa do usuário do serviço público do Município de São Paulo, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, alterada pela Lei nº 14.614/2007 e Lei nº 16.838/2018;
- Decreto Municipal nº 51.714, de 13 de agosto de 2010, que regulamenta a Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração Pública Municipal, alterado pelo Decreto nº 57.775/2017;
- Lei Municipal nº 14.402, de 21 de maio de 2007, que dispõe sobre a prioridade de tramitação e julgamento aos procedimentos administrativos municipais, em que figure como parte pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, e dá outras providências;
- Lei Municipal nº 14.614, de 7 de dezembro de 2007, que altera a Lei nº 14.141, de 27 de março de 2006, que dispõe sobre o processo administrativo na Administração



PROCURADORIA

Pública Municipal, para o fim de disciplinar o procedimento para anulação de atos administrativos;

- Lei Municipal nº 11.228/1992 “Dispõe sobre as regras gerais e específicas a serem obedecidas no projeto, licenciamento, execução, manutenção e utilização de obras e edificações, dentro dos limites dos imóveis”

- Lei Municipal nº 16.642/201, estabelece normas sobre o licenciamento de edificação (alvará de aprovação, dispensa, exigências técnicas) no âmbito municipal

- Lei Municipal nº 17.975/2023, que altera dispositivos relativos a licenciamento ambiental municipal, uso e ocupação do solo e “processos de licenciamento de obras, edificações e atividades” no âmbito do município

- Lei Municipal nº 17.844/2022, que dispõe sobre licenciamento edilício no perímetro da AIU-SCE (Área de Interesse Urbano – Sistema de Controle Especial)

- Lei Municipal nº 17.734/2022, que trata da regularização fundiária urbana (Reurb) e procedimentos ambientais correlatos

- Decreto Municipal nº 64.062, de 12 de fevereiro de 2025, que regulamenta, no âmbito do Município de São Paulo, a aplicação da Lei Federal de Inovação (Lei nº 10.973/2004) e disciplina instrumentos de fomento, parcerias e implementação de soluções tecnológicas — base jurídica para projetos de IA no setor público municipal (contratos de P&D, parcerias, ambientes regulatórios de testes).

- Decreto Municipal nº 63.552, de 4 de julho de 2024 (Programa Smart Sampa, que cria o Programa Smart Sampa, destinado a promover adoção de soluções tecnológicas inovadoras — enquadramento programático que pode abranger iniciativas de IA aplicadas a serviços e processos administrativos municipais).

- Ato da Câmara Municipal: Ato CMSP nº 1.677/25 (Grupo de Trabalho sobre Inteligência Artificial), que institui Grupo de Trabalho na Câmara Municipal para tratar de temas relacionados à Inteligência Artificial no Estado de São Paulo (Governo do Estado / Assembleia Legislativa)

- Decreto Estadual nº 67.799, de 13 de julho de 2023 (Estratégia de Governo Digital 2023–2026 — Estado de SP), que institui a Estratégia de Governo Digital no âmbito da Administração Pública.

- Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023, que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para formalização de processo administrativo no âmbito estadual e institui o Sistema Eletrônico de Informações do Estado de São Paulo (SEI/SP).

PL 955/2025 Dispõe sobre a criação do Programa Municipal de Formação em Competências Digitais Avançadas no âmbito do Município de São Paulo.



PROCURADORIA

PL 694/2025 Institui o Plano Decenal de Inovação e Tecnologia da Cidade de São Paulo – PLANIT-SP 2025–2035, estabelece suas diretrizes, metas, instrumentos e obrigações para o Poder Público Municipal, e dá outras providências.

PL 386/2022 Fixa diretrizes para utilização de sistemas de inteligência artificial pela Administração Pública, direta e indireta, do Município de São Paulo, estabelecendo medidas de governança, mitigação de riscos e diretrizes para contratações públicas, e dá outras providências.

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 29 de setembro de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068